

24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 03 DE SETEMBRO DE 2015.

Aos três dias do mês de setembro de 2015 às oito horas e vinte minutos, na Secretaria de Ação Social teve início a vigésima quarta Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência do presidente e representante titular do Poder Público representando o Fundo Social de Solidariedade, Senhor Márcio Henrique Silva Nalini. Estiveram presentes na reunião dezenove (19) conselheiros sendo sete (7) do poder público e doze (12) da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares:** Jane Izabel Miranda Biagiotti Lellis, Sônia Regina Barbosa Quirino, Rutinéia Cristina Martins Silva, Márcio Henrique Silva Nalini, Celina Rosa da Silva Nascimento, Leonel Aylon Cantano, Fernanda Barcelos Figueiredo Salomão, Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar Hermógenes da Paixão, Verônica Caminoto Chehoud, Josiane Aparecida Antunes de Campos, Andréia Maria Ribeiro Silva. **Conselheiros suplentes:** Cláudia Maria Moreira Faggioni de Paula, Rosa Ângela Cortez Galhardo Desidério, Victalina Maria Pereira Di Gianni, Rosângela Aparecida de Paula, José Carlos Gomes, Vilma Aparecida A. Faria Garcia. Participaram da reunião 14 convidados. **Com a seguinte pauta:**

Assuntos: Apresentação das ações da Proteção Social Básica - 1º Semestre 2015; Constituição de Comissão Organizadora da 3ª Audiência Pública do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS; Informe: Núcleo de Cidadania Ativa da UNESP – Manual de Cidadania Ativa – escopo inicial do projeto. O presidente Márcio iniciou a reunião apresentando as justificativas de ausência das seguintes conselheiras: Patrícia, Águeda e Dalva. Na sequência anunciou a pauta da reunião, aprovada após a inserção de dois informes, sendo um indicado pela conselheira Fernanda e outro pelo próprio presidente do CMAS. Na sequência, a Secretária Executiva, Maria Amélia e a 2ª Secretária do CMAS, Fernanda realizaram a leitura das atas da 22ª Reunião Ordinária e 23ª Reunião Extraordinária do CMAS, respectivamente, aprovadas sem alterações. Após, o presidente exibiu o primeiro assunto da pauta sobre a Apresentação das Ações da Proteção Social Básica – 1º Semestre de 2015, concedendo a palavra para a conselheira e Diretora da Proteção Social Básica, Jane. A mesma informou que a apresentação da prestação de contas do 1º semestre está dividida entre as ações do Cadastro Único – CadÚnico e serviços realizados pelos CRAS. Informou que a equipe fará uma apresentação diferente da habitual e solicitou aos conselheiros que avaliem esse novo formato. Na sequência iniciou a sua apresentação exibindo os slides referentes às ações realizadas pelo Serviço de Cadastro, com as seguintes informações: total de famílias cadastradas; famílias com perfil Cadastro Único; famílias com perfil Bolsa Família; famílias beneficiárias do Bolsa Família; inclusão e atualização cadastral; atendimento descentralizado; ação de atualização e averiguação cadastral 2015, inclusive das famílias do projeto de revitalização do córrego Engenho Queimado; concessão do vale social – Oxigenoterapia; operacionalização do sistema pró-social,

36 especificamente dos programas de transferência de renda do governo estadual e outras ações do
37 Cadastro Único. Em seguida foram apontadas as principais dificuldades e principais avanços
38 apresentados na execução do trabalho daquela unidade. Durante a apresentação da prestação de
39 contas referente ao Cadastro Único foram apresentados alguns questionamentos e considerações. O
40 conselheiro Leonel observou os dados apresentados de famílias com perfil Bolsa Família e
41 questionou se o município está empobrecendo. Jane esclareceu que os dados são do censo de 2010 e
42 essa situação pode ter alterado, explicou ainda que as famílias que tem renda informal nem sempre
43 declaram a renda real, ressaltando que nessa situação as informações são autodeclaratórias. Tina
44 observou que o número de famílias com perfil de Bolsa Família e de famílias que são beneficiárias
45 aponta uma demanda reprimida de mais de mil pessoas e questionou se o Governo Federal diminuiu
46 a inserção de famílias no referido Programa Bolsa Família. Jane relatou que houve um momento em
47 que ocorreu uma diminuição, situação que já foi regularizada com a inserção de várias famílias,
48 recentemente. Disse que esses números aparecerão no próximo semestre. Jane explicou que a
49 Assistente Social do Cadastro Único realiza acolhidas coletivas e particularizadas e relatou que por
50 meio dessas acolhidas, ao identificar vulnerabilidades, a Assistente Social faz o encaminhamento às
51 unidades de CRAS ou CREAS. Explicou ainda sobre o processo de averiguação cadastral e
52 esclareceu que a Assistente Social do Cadastro faz a visita domiciliar, entretanto esse trabalho pode
53 ser realizado por um técnico do cadastro. Diante de um questionamento sobre os índices do
54 município, Jane explicou que um dos fatores para recebimento do Índice de Gestão Descentralizada
55 – IGD é a quantidade de cadastros atualizados, portanto quando a família não faz a atualização
56 cadastral o índice do município fica baixo prejudicando o recebimento desse recurso. Disse que as
57 famílias que não recebem benefícios e não se enquadram no perfil, na maioria das vezes, não fazem
58 o recadastramento e o município só poderá excluir esse cadastro após quatro anos. Afirmou que a
59 Instância de Controle Social – ICS tem a responsabilidade de fazer o acompanhamento e atualmente
60 está fazendo uma campanha para orientação sobre a atualização. Sônia questionou se teve alteração
61 no número de atendidos no programa de vale social – oxigenoterapia e Jane esclareceu que
62 permanecem cento e vinte cinco (125) vagas. Ao falar da operacionalização do sistema pró-social, a
63 diretora da proteção básica relatou que o sistema está indisponível desde abril e desta forma existem
64 usuários em situação prioritária para inserção nos Programas de transferência de renda do Governo
65 do Estado e outros que estão recebendo benefícios indevidamente, considerando que não é possível
66 excluí-los. Após manifestações e esclarecimentos sobre a apresentação da prestação de contas do
67 Cadastro Único, Jane exibiu os slides das ações do 1º semestre dos CRAS, contendo as seguintes
68 informações: acolhidas particularizadas; acolhidas coletivas; oficinas com famílias; ações
69 comunitárias; acompanhamento familiar em grupo; acompanhamento familiar particularizado;
70 atendimentos individualizados; visitas domiciliares; benefícios eventuais concedidos, inclusive com

71 um gráfico ilustrativo dos benefícios eventuais por região, do último trimestre deste ano. Durante a
72 apresentação das ações das unidades estatais foram destacados alguns questionamentos e
73 considerações. Tina indagou se existem ações realizadas no Centro Comunitário do Jardim Ângela
74 Rosa, pois a entidade pretendia executar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos,
75 foi inscrita no Conselho, porém teve a sua inscrição cancelada por não terem iniciado o referido
76 serviço. A equipe do CRAS Centro relatou que atualmente ocorrem várias atividades para a
77 população no local informando sobre o importante trabalho de articulação realizado pela equipe que
78 resultou em maior autonomia da comunidade daquele território. Jane observou que um ponto
79 dificultador no trabalho realizado pelas equipes de CRAS, é o acompanhamento familiar o que
80 resulta em um alto número de atendimentos individualizados. Disse que essa situação refere-se aos
81 benefícios eventuais, afirmando que o Órgão Gestor tem a intenção de retirar esse trabalho da
82 responsabilidade da equipe de CRAS. Deverá ser disponibilizada uma equipe descentralizada,
83 vinculada à gestão, mas com atendimento nas unidades, desta forma as equipes dos CRAS ficarão
84 mais focadas no atendimento coletivo. Diante de alguns questionamentos sobre o pronto
85 atendimento do usuário que busca os benefícios eventuais, Jane esclareceu que o benefício eventual
86 é direito, mas ele por si só não irá superar a situação da vulnerabilidade social que o usuário se
87 encontra. Jane afirmou a importância de rever a lei de benefícios eventuais e essa discussão deve ser
88 realizada com o colegiado em breve. Denizar solicitou maiores explicações sobre critérios e valores
89 do benefício bolsa família, o que foi elucidado pela Diretora de Proteção Básica. Tina fez a defesa
90 de que a assistência social deveria ser uma política pública universal, conforme prevê a
91 Constituição Federal e a LOAS. Na sequência as assistentes sociais do CRAS Centro, Karina e
92 Luciana, fizeram um breve relato sobre a acolhida coletiva. Destacaram que muitas vezes os
93 usuários já se sentem contemplados em suas necessidades na própria orientação de acolhida e não
94 sentem necessidade de serem atendidos de forma particularizada. Karina apresentou um relatório
95 de uma acolhida realizada para demonstrar como ocorre todo o processo, destacando que a mesma
96 possibilita uma leitura dos territórios. Tina destacou que a proteção social básica deve trabalhar na
97 perspectiva da prevenção, não devendo esperar que a situação de vulnerabilidade se instale para que
98 o usuário seja atendido. Na sequência a assistente social Luciana apresentou os slides que são
99 utilizados nas acolhidas coletivas afirmando que os mesmos podem ser alterados de acordo com as
100 necessidades dos grupos. Tina disse que toda a apresentação foi muito positiva porque aproxima os
101 conselheiros do trabalho que é desenvolvido e da realidade dos territórios. Todos os slides
102 apresentados ficarão disponíveis na Secretaria Executiva do CMAS. Finalizadas as apresentações,
103 bem como as manifestações e esclarecimentos sobre as ações da Proteção Social Básica - 1º
104 semestre de 2015, o presidente passou para o próximo assunto da pauta sobre a Constituição de
105 Comissão Organizadora para a 3ª Audiência Pública do CMAS. Com a palavra, Maria Amélia

106 informou a importância de já constituir esta comissão, considerando que a Audiência está prevista
107 para ocorrer no mês de Novembro, bem como, toda a demanda de trabalho para a realização do
108 evento. Após discussões e esclarecimentos ficou definido os seguintes membros para compor a
109 referida comissão: os conselheiros Márcio, Tina, Cláudia, Rosângela, Rutineia, Fernanda e o Sr.
110 Alcino como convidado. Concluído os assuntos da reunião, Márcio expôs o primeiro informe da
111 pauta sobre o escopo inicial do Manual de Cidadania Ativa elaborado pelo Núcleo de Cidadania
112 Ativa da Unesp, como proposta de capacitar os conselheiros públicos. Conforme email
113 encaminhado pelo aluno Adolfo, membro deste Núcleo, o grupo solicitou ainda o apoio financeiro
114 do Conselho para que possam aumentar a tiragem dos exemplares e assim expandir o alcance do
115 documento. Márcio esclareceu que o Conselho não dispõe de recursos para este fim e salientou que
116 em outra oportunidade o assunto poderá ser repassado novamente com mais informações dos
117 membros do Núcleo de Cidadania Ativa, considerando que nesta reunião, não havia nenhum
118 membro presente. Após, a conselheira Fernanda informou que será inaugurada, neste dia 03 de
119 Setembro às 19h30, a clínica terapêutica “Tree Life”, disponibilizando aos presentes um folder
120 sobre a clínica. Como informe seguinte, Márcio apresentou ao colegiado um exemplar impresso do
121 Plano Municipal de Assistência Social 2014-2017, a pedido da Assistente Social Cidinha. Nada
122 mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas e quinze minutos, e eu, Maria Amélia
123 Faciroli Vergara, secretária executiva do CMAS, lavrei a presente Ata, que uma vez lida e
124 aprovada, será assinada por mim e anexada à lista de presença dos conselheiros participantes.